



**CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL  
GABINETE DA DEPUTADA TALÍRIA PETRONE**

**REQUERIMENTO N.º , DE 2025**  
(Dep. Talíria Petrone)

Requer a realização de evento externo, na cidade do Rio de Janeiro, para debater “Urbanização de Favelas com Protagonismo Popular: por um modelo de cidade inclusivo, democrático e ambientalmente justo”.

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 24 e 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de um evento externo pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, a ser realizado na cidade do Rio de Janeiro, no Complexo do Alemão, para debater o tema “Urbanização de Favelas com Protagonismo Popular: por um modelo de cidade inclusivo, democrático e ambientalmente justo”, com foco no direito à cidade e no papel central das comunidades e organizações locais na definição das prioridades territoriais.

Serão convidados para compor o debate:

- Representante do Ministério das Cidades – Secretaria Nacional de Periferias;
- Prefeito do Rio de Janeiro;



\* C D 2 5 8 5 3 0 0 0 6 6 0 0 \*

REQ n.39/2025

Apresentação: 25/08/2025 11:00:58.773 - CDU

- Representante da Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro;
- Representante da Secretaria Municipal de Ambiente e Clima do Rio de Janeiro.
- Rede da Maré
- Rocinha Sem Fronteiras;
- Fórum de Ação Popular do Complexo do Alemão;
- Instituto Raiz e Movimento;



C D 2 4 3 3 1 1 5 5 9 0 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258530006600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone



\* C D 2 5 8 5 3 0 0 0 6 6 0 0 \*

## JUSTIFICATIVA

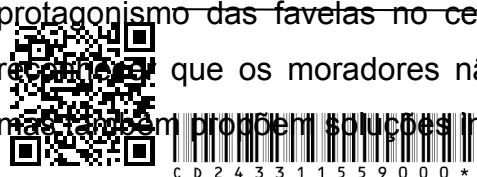
A urbanização de favelas, quando guiada pelo princípio do direito à cidade, não pode ser reduzida a um conjunto de obras de infraestrutura. Ela deve ser entendida como um processo de reparação histórica e social, capaz de restituir direitos estruturalmente negados e integrar plenamente territórios e populações à vida urbana com dignidade. Trata-se de oferecer muito mais do que pavimentação e saneamento: é garantir moradia adequada, acesso a equipamentos públicos, mobilidade segura, áreas verdes e condições ambientais equilibradas, sempre considerando o território como espaço de vida, história e resistência.

Essa perspectiva encontra respaldo nas diretrizes do Programa Periferia Viva, do Ministério das Cidades, que estabelece que qualquer intervenção de urbanização deve partir de um diagnóstico socioterritorial integrado e participativo. Esse diagnóstico, longe de ser mera formalidade técnica, é o instrumento que garante que as decisões sobre o que, onde e como intervir sejam construídas junto com a comunidade, incorporando suas prioridades, suas formas de organização e sua leitura do território. É também a base para assegurar a permanência das famílias, a regularização fundiária, a mitigação de riscos e a integração com políticas intersetoriais de habitação, saneamento, mobilidade, justiça ambiental e desenvolvimento socioeconômico.

No entanto, experiências concretas de urbanização revelam que, quando o protagonismo comunitário é suprimido e as decisões são tomadas de forma verticalizada, mesmo projetos que melhoram a infraestrutura física acabam deixando lacunas graves. Ausência de urbanidade, espaços públicos subutilizados ou não concluídos, descumprimento da função social de imóveis e equipamentos e perpetuação de modelos excludentes evidenciam que não basta urbanizar: é preciso urbanizar com e para a comunidade, respeitando e fortalecendo seu papel como sujeito político.

A realização desta audiência pública busca justamente recolocar o protagonismo das favelas no centro das decisões sobre seu futuro. Trata-se de reconhecer que os moradores não apenas conhecem melhor suas necessidades, mas também propõem soluções inovadoras e viáveis para seus territórios.

Essa escuta qualificada e pública é essencial para enfrentar os entraves



institucionais e políticos que retardam intervenções urgentes, mas também para afirmar que a urbanização de favelas é um direito e uma responsabilidade coletiva. É um passo para superar a lógica histórica de exclusão e avançar na construção de cidades inclusivas, democráticas e ambientalmente justas, nas quais as favelas sejam reconhecidas não como problema, mas como parte legítima e plena da cidade.

Apresentação: 25/08/2025 11:00:58.773 - CDU

REQ n.39/2025

Sala das Comissões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**Deputada TALÍRIA PETRONE**  
**PSOL/RJ**



C D 2 4 3 3 1 1 5 5 9 0 0 0 \*



\* C D 2 5 8 5 3 0 0 0 6 6 0 0 \*



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258530006600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Talíria Petrone